

## **BNDES E MOVIMENTOS SOCIAIS: um estudo de caso sobre o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.**

Aline Priscila Craveiro Cardoso: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais UFRRJ, e-mail: [alinecr Cardoso@yahoo.com.br](mailto:alinecr Cardoso@yahoo.com.br);

### **Capítulo 1 - Trajetória do BNDE(S): do nacional-desenvolvimentismo ao neodesenvolvimentismo.**

#### **1. 1. O período nacional desenvolvimentista**

Na década de 1950 o mundo vivia um contexto de pós-guerra, e com a intenção de promover crescimento da economia interna, muitos países fizeram o esforço de criar Bancos de Desenvolvimento com a finalidade de garantir condições estruturais para a industrialização dos países, gerando assim o crescimento econômico brasileiro, contudo também é uma forma de reposicionar o país dentro das necessidades do capital.

É no segundo Governo Vargas que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico é criado, em 20 de junho de 1952<sup>1</sup>. A intenção era criar um órgão que não somente pudesse impulsionar a economia nacional, mas que também fosse capaz de criar condições para a substituição das importações, para o desenvolvimento da indústria, para a geração de tecnologia nacional, entre outros objetivos que são necessários para criar condições de desenvolvimento no Brasil.

O projeto inicial patrocinado por Vargas e coordenado pelos técnicos da Assessoria Econômica do governo, com características extremamente nacionalistas, introduzia uma política geral de investimentos, juntamente com propostas para reformas institucionais nas áreas fiscal e administrativa, e a definição dos requisitos que deveriam orientar a participação do capital estrangeiro na industrialização nacional. (LIMA, 2007: 45)

O segundo Governo de Vargas tinha característica política voltada ao Nacionalismo, vale ressaltar que o projeto nacional de Vargas não implica em aversão ao capital internacional, pelo contrário, o capital internacional era bem vindo, inclusive o Banco nasce entre acordos com outros países, a exemplo da aliança com os Estados Unidos (COSTA, 2011). É dentro do seio do nacionalismo que o Banco nasce, porém não será neste leito político que ele irá se manter durante sua trajetória. O Banco, assim como outros setores, estarão sujeitos às políticas governamentais que serão impostas, aos momentos de crise econômica, ao mercado externo e interno e ao modelo de desenvolvimento aplicado

---

<sup>1</sup> O Banco é criado como uma entidade estatal autônoma, mediante a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952.

nacionalmente.

É necessário a compreensão dos projetos de desenvolvimento nacional que vigoraram durante a trajetória do Banco, assim podemos compreender de forma mais clara as políticas adotadas pelo mesmo no decorrer de sua história.

O Governo Vargas apresentou uma política voltada para a redução da dependência externa. Getúlio implementou mudanças estruturais no país, de modo que foi constituído um modelo econômico capaz de acelerar o processo de industrialização, estas mudanças foram orientadas pelo Estado.

Durante o período Vargas, são criadas além do BNDE, outras empresas estatais, como Vale, Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O Banco tem como missão contornar os pontos de estrangulamento da economia brasileira, cujos “nós” encontravam-se no setor de energia e transporte. Qualquer ganho da pequena indústria brasileira, antes dos anos 1950, era subtraído quando chegava no quesito transporte e energia. Falta de portos, falta de linhas, de vagões, de trens (estrutura) impediam o transporte das riquezas e a insuficiência energética era um problema para a produção e expansão da indústria nacional.

Neste momento o processo de fortalecimento e industrialização nacional já era uma estratégia que estava sendo gestada, era preciso avançar na industrialização, contudo, a industrialização necessária não era apenas um mecanismo de defesa contra as eventuais crises econômicas e externas, industrializar significava obter soberania econômica (BNDES, 2010).

Todo projeto de constituir um país forte e independente economicamente passa necessariamente pela elaboração e execução de projetos de autonomia econômica e política.

Durante a criação do BNDES houve diálogo com outros países, caso da Comissão mista Brasil – Estados Unidos, reafirmando que dentro do projeto de desenvolvimento do Governo Getúlio Vargas havia proximidade com o capital estrangeiro. Vargas mantém uma política de desenvolvimento baseada no tripé: empresa pública, empresa privada nacional e capital internacional.

### **1.1.1. Consolidação e estruturação interna do BNDE**

O Banco atinge sua importância para a economia do país devido à burocracia que adota: uma burocracia autônoma e com independência de recrutamento de pessoal, de geração e alocação de recursos. A eficiência da burocracia adotada, somada ao respaldo governamental é o que garante a existência bem sucedida do Banco e sua importância, tanto econômica como política.

O Banco especializa-se na burocracia de técnicas de planejamento e empréstimos, tornando-se uma característica decisiva, que o diferencia de outras instituições brasileiras, sejam elas públicas ou privadas.

Nos anos 1950 o Brasil é marcado pelo crescente desenvolvimento dos setores Industriais, exigindo que o Banco fortaleça suas características de órgão de desenvolvimento e planejamento. O plano de metas dos anos 1950, no governo Juscelino Kubitschek, é um marco importante para o Banco, principalmente no sentido de demonstrar a capacidade de planejar, gerenciar e executar as ações. Neste período o Banco especializa-se em sua capacidade de coordenação, elaboração e execução de projetos setoriais.

O Plano de Metas foi, até então, um dos melhores planos no caminho do fortalecimento industrial brasileiro, sendo elaborado com apoio do BNDE. O Plano de Metas tinha alguns objetivos importantes para avanço do setor industrial: 1) Dar condições de continuidade no processo de substituição de importações. 2) Buscar o desenvolvimento verticalizado da indústria brasileira. 3) Corrigir as falhas dentro da estrutura industrial brasileira.

Compreender a atuação política do empresariado nacional, assim como o projeto nacional de desenvolvimento, é de fundamental importância para a compreensão dos rumos de alguns setores públicos estratégicos para a economia nacional, como o caso do BNDES. O processo decisório envolve a natureza política: podemos perceber que a depender do tamanho de influência que determina agência pode exercer no contexto político, econômico e nacional ela será tratada de maneira diferenciada das outras. Não é mera coincidência que o Banco tenha um papel de extrema relevância, já que ele veio se modificando e exercendo influência em todos os planos de desenvolvimento econômico para o país desde sua criação.

Após o período de investimento à infraestrutura, o próximo passo a ser dado pelo Banco era o de diversificar a indústria<sup>2</sup>. Desta forma, o Banco foi criando uma expertise, passando a ser de fundamental importância, tanto para o Governo Federal, como para o avanço do capital interno. Essa expertise se traduz na capacidade do Banco planejar, diagnosticar e identificar as soluções necessárias para o investimento adequado, nos setores necessários.

O Banco é um órgão que já nasce com a missão de apresentar uma reflexão (não somente uma reflexão, mas também o planejamento necessário e adequado para superação)

---

<sup>2</sup> Nos anos 50, a indústria automobilística foi impulsionada, sendo marco do período de diversificação da indústria.

dos problemas econômicos do Brasil, isto se delineia mais claramente a partir da parceria, em torno de um plano macroeconômico, desenvolvido pela articulação BNDE – CEPAL. Tal comissão se propunha a pensar os problemas referentes aos países da América Latina, tidos então como países subdesenvolvidos. O Banco soube utilizar-se das técnicas de análises que foram apreendidas durante a relação com a Comissão Técnica Brasil – Estados Unidos em 1951/52 (COSTA, 2011).

O que diferencia o BNDES de outros Bancos de Desenvolvimento que foram criados à sua época, primeiro é sua posição como peça chave para o planejamento estratégico do desenvolvimento do capital nacional. Segundo é sua relação com o Estado, ponto determinante. Traço relevante do desenvolvimento do capitalismo brasileiro é justamente o Estado em diversos momentos assumir o papel de indutor e impulsionador da modernização nacional. Terceiro é o BNDES ter-se constituído como uma autarquia, logo obtinha autonomia quanto à administração pública, devolvendo como contrapartida ao Estado serviços de interesse à administração pública<sup>3</sup>. O quarto ponto e não menos importante é que devido à sua natureza de autarquia o Banco pode adotar como ferramenta uma burocracia autônoma, garantindo independência no recrutamento de seu corpo técnico e pessoal, ou seja, eficiência e competência burocrática. O respaldo do Estado somado a sua natureza autárquica garantem que o BNDES tenha e preserve, até hoje, uma posição estratégica no Governo. Todos os fatores mencionados deram condições do BNDE poder realmente se diferenciar dos demais Bancos de Desenvolvimento que foram criados no mesmo período que ele.

## **1. 2. Da ditadura ao período neoliberal**

No fim dos anos 1960 Banco sai de um período que seu papel ficou reservado para a formulação de políticas destinadas ao combate à inflação e à estabilização econômica. Contudo é no fim dos anos 1970 que um dos planos de longo prazo mais audaciosos do Banco se dá como finalmente efetivado, é neste período que o modelo de substituição de importações é dado como concluído<sup>4</sup>.

Os anos 1980 foram anos duros na economia nacional. Este período foi marcado pela crise mundial do petróleo e, na tentativa de contornar a situação de crise, a linha

---

3 Em 1971, por meio da lei no. 5.662, de 21 de junho, o BNDE deixa de ser uma autarquia e é transformado em uma empresa pública.

4 Dentro deste novo cenário, entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, o papel do BNDE como artífice do modelo de substituição de importações era tido como já cumprido, e era necessário traçar novos caminhos para o seu futuro. Em 1978, o Banco lança o seu Plano de Ação para os anos de 1978 a 1981. (LIMA, 2007: 80)

governamental, conseqüentemente a linha adotada pelo BNDES, foi iniciar o processo de privatização das empresas estatais que permaneciam em seu controle<sup>5</sup>.

Com a redemocratização, o BNDES tem suas metas traçadas a partir da avaliação que a retomada do crescimento econômico seria dirigida pelo setor privado, em 1985 inicia-se a segunda fase do projeto de privatizações. O fim dos anos 1980 traz consigo um aprofundamento da linha de desenvolvimento nacional fundamentada na política neoliberal.

Em 1989 é formulado em Washington um conjunto de medidas que deveriam ser adotadas nos países Latino Americanos: “(...) sugeria uma taxionomia de dez pontos relativos às reformas políticas exigidas da América Latina por ‘Washington’” (WILLIAMSON, 1992).

Os dez pontos do Acordo eram Reformas políticas que deveriam ser implementadas pelos Governos Latino Americanos, incluindo o Brasil. Os dez pontos eram: 1) Disciplina fiscal; 2) Prioridades dos gastos públicos; 3) Reforma Fiscal; 4) Liberalização de financiamento; 5) Taxa de cambio; 6) Liberalização do comércio; 7) Investimento externo direto; 8) Privatizações; 9) Desregulamentação; 10) Direitos de propriedade.

O Brasil passa então a implementar de forma mais clara, e como linha política e econômica a liberalização da economia nacional, alinhando-se a economia internacional.

Com o fim do Governo Sarney e o Brasil a beira de uma super inflação, desenha-se dois projetos políticos na corrida presidencial de 1989, o primeiro na figura de Luiz Inácio Lula da Silva com seu lema de campanha “Terra, Trabalho e Liberdade” e o segundo projeto com a figura de Fernando Collor de Mello com sua plataforma política calcada no alinhamento ao modelo neoliberal. No dia 17 de Dezembro de 1989 é realizado o segundo turno da eleição. Collor obtém 49,94% dos votos contra 44,23% de Lula.

A política neoliberal, mais claramente aplicada por Collor, seguiu em curso mesmo após seu Governo. Nos governos dos anos 1990, o modelo de privatizações e abertura da economia foram predominantes: “Esse processo de abertura, que tinha em vista integrar a economia brasileira no mercado global, já estava previsto no Plano de Integração Competitiva do BNDES.” (BNDES, 2012: 98).

Nos anos 1990 o Banco mantém sua centralidade no processo de privatizações. Em abril de 1990, foi lançado o Programa Nacional de Desestatização (PND). O Plano de Privatização do Governo Collor teve que ser moldado, para isso o Banco ofereceu todo

---

<sup>5</sup> “Mesmo assim, ao final do governo Sarney, 17 processos de desestatização tinham sido concluídos, gerando uma arrecadação equivalente a 549 milhões de dólares e uma transferência de dívidas ao setor privado da ordem de 620 milhões de dólares (dívidas constantes no último balancete das empresas, antes da venda)” (BNDES, 2012: 89)

suporte técnico, financeiro e administrativo<sup>6</sup>.

O Banco passa a ser o gestor do Fundo Nacional de Desestatização. Assim a primeira privatização do plano ocorre em outubro de 1991. Em março de 1994 é lançado mais um novo plano de desestatização, este já no Governo de Itamar Franco (1992-1995). Toda a capacidade técnica do Banco em dirigir os planos de desestatizações são reflexos de suas experiências na condução das desestatizações feitas no governo Sarney, na qual o Banco atuou através do BNDESPAR.

O modelo de desenvolvimento baseado no neoliberalismo não é um elemento necessariamente novo no Brasil, ele já vinha se configurando nos anos 1980<sup>7</sup>: o programa de privatizações na verdade se inicia no Governo Figueiredo. Apesar de Collor não ser o primeiro a levantar a bandeira da privatização das empresas nacionais, é seu Governo que deflagrará a transição da ideologia desenvolvimentista para a neoliberal (NOGUEIRA, 2010).

Nos anos 1990, o Banco foi peça chave na implementação econômica do modelo neoliberal no país. Mesmo com o alinhamento econômico centrado no modelo neoliberal, o Banco retoma seu investimento em setores da indústria automotiva, passa a contribuir para a expansão, organização e modernização deste segmento industrial (BNDES, 2012). Outro setor que foi impulsionado pelo Banco foi o da agricultura, com políticas de financiamento para o agronegócio. Beneficiaram-se programas governamentais como o PRONAF, que segundo Paulo de Sá Campello Faveret Filho<sup>8</sup>, economista do Banco, foi um dos primeiros programas a democratizar o acesso ao crédito do BNDES.

Mesmo havendo fases de desenvolvimento da economia nos anos 1990, de forma alguma implica em ruptura com as diretrizes do modelo neoliberal aplicado pelos Governos Collor, Itamar e FHC.

### **1. 3. Anos 2000: o neodesenvolvimentismo**

Com o final do segundo mandato do Governo FHC e o desgaste social com o modelo neoliberal, inicia-se o Governo PT, com Luis Inácio Lula da Silva eleito presidente em 27 de

---

6 “De acordo com Licínio Velasco, o PND foi um programa altamente regulamentado. A própria Medida Provisória (MP 155), de 15 de março de 1990, que instituiu o plano, foi elaborada com o auxílio de técnicos do BNDES. Um mês depois, a medida foi convertida na Lei 8.031, que ainda sofreu outras alterações, sendo aperfeiçoada por meio de novas MPs” (BNDES, 2012: 105)

7 “A partir de meados da década de 1980, governos de vários países europeus começaram a privatizar empresas públicas ligadas a infraestrutura, notadamente aos setores de transporte, energia e telecomunicações. Sem dinheiro para investir e custear despesas, os governos desses países, nas duas décadas seguintes, venderam ou realizaram contratos de concessão de usinas, bancos, estradas e alguns serviços públicos.” (BNDES, 2012: 116)

8 Depoimento In BNDES, 2012: 119.

outubro de 2002. Muitos economistas passam a utilizar o conceito de neodesenvolvimentismo para o desenvolvimento implementado pelo Governo Lula.

O neodesenvolvimentismo pode ser debatido a partir de dois aspectos importantes. O primeiro é o debate do campo político, na busca de interpretar como se configura, se movimenta e relaciona-se a sociedade, suas classes sociais e seus distintos atores diante a política adotada pelo Governo. O segundo é a interpretação e identificação do caminho adotado pelo governo para impulsionar o aquecimento econômico nacional, levando em consideração o eixo econômico e da produção. Importante salientar que ambos aspectos do neodesenvolvimentismo não são isolados, muito pelo contrário, são bases para a política neodesenvolvimentista de Lula (2002–2006/ 2006–2010) e influenciaram no campo econômico, político e social.

Ponto que deve ser destacado, para que não haja equívocos na análise do papel desempenhado pelo BNDES no Governo Lula, é que em primeiro lugar o Governo não rompe completamente com o modelo neoliberal. De fato, para vários economistas que vem desenvolvendo sobre as características do neodesenvolvimentismo<sup>9</sup>, o que temos é um modelo econômico e político que objetiva crescimento econômico, contudo o faz conjuntamente com uma distribuição de renda moderada. O papel destacado para o Estado é de indutor do desenvolvimento social, a supervalorização da Indústria em comparação com os demais setores da economia.

A partir de 2003, “Quatro linhas de atuação foram priorizadas: a promoção da inclusão social, a recuperação e o desenvolvimento da infraestrutura nacional, a modernização e a ampliação da estrutura produtiva e, ainda, o estímulo às exportações.” (BNDES, 2012: 153). No período do primeiro Governo Lula o BNDES é tido como peça fundamental para a retomada do desenvolvimento econômico, prova disso é que em 2004 o Banco desembolsa 40 bilhões de reais, o maior volume de recursos liberado em todos seus, então, 52 anos de história.

Durante o primeiro governo o setor que mais se beneficiou com apoio econômico do BNDES foi o agronegócio, perdendo em volume de recursos apenas para o setor de infraestrutura. Em 2007 é lançado o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que previa investimentos nas áreas de transporte e logística, energia e infraestrutura social, a iniciativa privada foi amplamente envolvida e beneficiada no programa.

---

<sup>9</sup> Entre eles: Luciano Coutinho, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Márcio Pochmann, Armando Boito Jr, Bresser Pereira e José Luis Fiori.

O PAC é uma alegoria da política econômica adotada pelo governo, uma alegoria da Carta ao Brasileiros. Nesta Lula reafirma o compromisso com o crescimento econômico via investimentos com os grandes empresários (agronegócio) e investimentos em infraestrutura<sup>10</sup>.

No primeiro mandato do presidente Lula a convenção neodesenvolvimentista teria se manifestado no Plano Plurianual (2003/2007), na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, e no esforço em estabelecer parcerias público-privadas. A tendência neodesenvolvimentista teria sido reforçada com as mudanças ocorridas em 2006 nos quadros do Ministério da Fazenda. Além disso, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Política de Desenvolvimento Produtivo teriam dado um novo gás a esta corrente durante o segundo mandato de Lula. Isso não obstante, a convenção institucionalista restrita seguiria hegemônica, em função da força da coalizão conservadora e da percepção de que as políticas desenvolvimentistas (e de inclusão social) não agridem necessariamente os interesses da outra coalizão: manter reduzidas as taxas de crescimento não impede a inclusão social, a inflação prejudica os segmentos mais pobres da população e a elevação da taxa de investimento atende às duas convenções. (ERBER, 2009:43 *apud* VAINER et alli 2013: 39)

Durante o segundo mandato de Lula o BNDES atingiu grande importância nas operações referentes a infraestrutura, e para a economia nacional. Em 2008 os investimentos do BNDES mantiveram 2,8 milhões de postos de trabalho (BNDES, 2012), conseguiu auxiliar a economia no momento de crise e o apoio do Banco ao PAC foi decisivo para manter a economia ativa. Neste mesmo período o Governo repassa ao BNDES o valor de 180 bilhões, alavancando o Banco a patamar superior a soma conjunta do Banco Mundial, Banco Internacional de desenvolvimento e o Eximbank dos Estados Unidos<sup>11</sup>. O Banco chegar a um patamar financeiro desta magnitude foi importante para amortecer, ou a primeiro momento adiar os impactos da crise econômica mundial no país. Enquanto todos os países estavam decrescendo, o Brasil conseguiu se manter.

O orçamento do Banco começou a crescer com a economia em 2006, 2007. Quando teve a crise, o orçamento do Banco continuou a crescer. O Banco mudou de patamar naquele período. Ele teve que atuar e sustentar a economia estrategicamente para que as empresas não sofressem mais do que estavam sofrendo, que elas tiveram um baque muito grande naquele período. O próprio governo americano na época tinha muito interesse em conhecer como o Brasil conseguiu sair disso. (BNDES, 2012: 180)

---

10 Fragmento da Carta ao Povo Brasileiro: “Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.”

11 Informação contida em: <http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/631/imprime155647.htm#> “Com tanto dinheiro, o BNDES deverá se consolidar como o maior banco de fomento do mundo. Com empréstimos de R\$ 128 bilhões nos últimos 12 meses, o equivalente a US\$ 73,1 bilhões (ao câmbio de R\$ 1,75), ele já é bem maior do que o Banco Mundial (US\$ 27 bilhões), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (US\$ 11 bilhões) e o Eximbank dos Estados Unidos (US\$ 12 bilhões) somados.”

Principalmente no segundo mandato, o Banco mantém seu papel de importância na manutenção da política neodesenvolvimentista do Governo Lula. Para tanto, o BNDES consolidou uma carteira potencial de projetos no valor de 93,7 bilhões de reais, o que representou uma “alavancagem” no investimento de 181 bilhões de reais (BNDES, 2012: 180). Mais uma vez, o Banco, através de seu corpo técnico garante as políticas governamentais e sua condução. Neste período o corpo técnico estava em renovação, já que um terço estava se afastando depois dos anos de contribuição. A diferenciação técnica permite que o BNDES mantenha, assim como em outros momentos, a capacidade de pautar as agendas governamentais.

O Banco também conseguiu impulsionar a internacionalização das empresas brasileiras<sup>12</sup>, com o fortalecimento de sua imagem para fora do país. Conforme dita a política neodesenvolvimentista do Governo Lula, mantém seu comprometimento com o capital, personificado em seu plano econômico e política de desenvolvimento.

## **Capítulo 2 - BNDES e a relação recente com os movimentos sociais.**

A partir do decreto de lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982 o BNDE passa a ser BNDES. Adotando mais uma área de foco, havia a possibilidade de amenizar os problemas sociais que cada vez agravavam-se no país, o BNDES se propõe a conciliar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social. Este mesmo decreto de lei institui o FINSOCIAL como uma fonte de recursos destinada a custear investimentos de caráter assistencial<sup>13</sup>.

O Banco objetivava trabalhar a área social como um complemento de ação do desenvolvimento econômico, outro objetivo era o de modernização de investimentos na área social. O FINSOCIAL arrecadava das empresas<sup>14</sup>, e baseando-se em estudos formulados por órgãos, tais como o IPEA, o Banco decidia em quais áreas sociais o ele deveria investir através de seus projetos.

Consolidar a parte destinada ao desenvolvimento social do Banco foi de fundamental

---

12 Inicialmente, o Banco estabeleceu uma representação no Mercosul, com a abertura de um escritório em Montevidéu, no Uruguai. Pouco depois, foi constituída uma subsidiária em Londres, na forma de empresa de participações sem atividades financeiras. (BNDES, 2012: 183)

13 Art. 1º Fica instituída, na forma prevista neste decreto-lei, contribuição social, destinada a custear investimentos de caráter assistencial em alimentação, habitação popular, saúde, educação, justiça e amparo ao pequeno agricultor. (Redação dada pela Lei no 7.611, de 1987). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1940.htm)

14 Artigo 1o do Decreto-Lei 1.940, de 25 de maio de 1982 § 2o Para as empresas públicas e privadas que realizam exclusivamente venda de serviços, a contribuição será de 5% (cinco por cento) e incidirá sobre o valor do imposto de renda devido, ou como se devido fosse.

importância para compreender que o conceito de desenvolvimento não pode estar limitado ao aspecto econômico, deve ser uma somatória do avanço econômico com o avanço social, principalmente quando se leva em consideração que o período era de graves problemas sociais. Porém na década de 1990, durante o governo Collor de Mello, o FINSOCIAL foi extinto. A área de operações sociais voltará posteriormente ao impeachment do presidente Collor de Mello.

A área social volta a ser recriada em fevereiro de 1996, um dos programas apoiados neste período pelo BNDES foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que beneficiou os pequenos agricultores e assentados da Reforma Agrária. Não somente o Pronaf é apoiado, a partir da retomada do “S” no Banco, o social volta a fazer parte do cotidiano e horizonte. Diante da necessidade de se pensar para além do social, foi lançado o desafio de pensar em conjunto as políticas setoriais, pois seria uma forma de viabilizar renda para as regiões cobertas pelos projetos de combate à desigualdade, e o mais importante, diferente dos anos de 1980, os projetos sociais passam a ser mais abrangentes.

Em 1997 é criado o Fundo Social do Banco, no qual uma parcela do lucro anual é destinada a projetos sociais que visavam atingir as populações de baixa renda. Assim, o banco tenta combinar as ações de crescimento econômico com políticas públicas sociais. Mas é somente em 2002 que os índices de pobreza diminuem, o Banco é estratégico para diminuir os índices de desigualdade de renda, claro que combinado com outras políticas sociais que passaram por fora do BNDES. De acordo com dados do BNDES<sup>15</sup> a média do Índice Gini entre os anos de 1995-2002 foi de 0,573 comparada à média Gini 2003-2004, que ficou em 0,551. As políticas públicas sociais entre 1993 e 2002 cresceram 0,12% ao ano, enquanto que 2003 e 2006 a média de crescimento destas políticas era de 0,53% ao ano. Dentro deste contexto o papel que o governo federal destinou ao Banco foi o de financiamento a longo prazo de serviços de infra estrutura básica, programas de distribuição de renda (exemplo é o PRONAF, Fome Zero) e democratização de crédito.

Em 2003 Carlos Lessa assume a presidência do Banco. Reafirmando seu compromisso com as questões sociais<sup>16</sup>. O Fome Zero foi carro chefe na política social do Banco no início do Governo Lula, era um compromisso com o combate à fome no país, um dos primeiros e

15 BNDES. Redução da pobreza no Brasil – Resultados recentes e o papel do BNDES, julho de 2006.

Disponível em:

<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/fiocca\\_camara.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/fiocca_camara.pdf)> . O índice Gini como parâmetro (no qual o valor zero significa completa igualdade)

16 Antes de ser presidente, Carlos Lessa foi diretor da Área Social do BNDES entre 1985 e 1989.

principais programas de caráter assistencial do governo, “O BNDES abraçou o desafio colocado para todo o governo de promover 'desenvolvimento com inclusão social'” (BNDES 2012: 152).

O Banco passa a contar com um setor de inclusão social, passando assim a fazer a análise dos projetos e levando em consideração dentro destas análises o fator e capacidade destes de oferecerem desenvolvimento com inclusão. A ideia era possibilitar a geração de empregos via os projetos aprovados pelo Banco, alinhando-se ao combate da desigualdade no país, estratégia que o Governo Federal queria implementar durante sua gestão.

O Banco age conforme o projeto neodesenvolvimentista, levando em consideração as relações que se dão entre o Banco as grandes, médias, pequenas e micro empresas que eram parte do programa de facilitação de acesso ao crédito aos pequenos. Este modelo de desenvolvimento, por mais que tenha sido um grande avanço no setor de inclusão social do Banco, não consegue atender a todos de forma igual. Vemos que os grandes projetos, os que ainda assim continuaram sendo prioridades para o Banco, principalmente os do setor de siderurgia e hidrelétricas, foram os que causaram grandíssimos impactos as comunidades atingidas pelos projetos do Banco.

No governo Lula foi um momento de experimentar novos diálogos entre movimentos sociais e Estado, muitos dos que mantinham relações com os movimentos e ficaram em postos governamentais durante este período transformaram os espaços decisórios em espaços possíveis de fazer políticas públicas voltadas aos movimentos e também em espaços de militância, assim conseguindo utilizar da burocracia para tais fins.

(...) buscamos evidenciar e compreender essa combinação de práticas e rotinas de interação do Estado com os movimentos sociais em diferentes setores de políticas públicas. Nosso argumento central é que essa variação pode ser explicada por dois fatores: padrões históricos de relação Estado/movimentos em cada setor, que expressa a heterogeneidade do Estado brasileiro, e a abertura no contexto do governo Lula a um experimentalismo inédito resultante da presença de aliados dos movimentos em postos-chave no interior do Estado. (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA 2014: 327)

Ainda que, o novo alinhamento seja voltado para a política de redistribuição dos recursos, os valores desembolsados para a área social são bem inferiores se comparado com outras áreas de investimentos, como a infraestrutura e indústria.

As políticas aplicadas pelo banco, durante o período neodesenvolvimentista de Lula, apontam para a perspectiva de geração de emprego e renda, de forma complementar apoiam políticas governamentais na esfera estadual, municipal, federal, auxiliam na orientação de

projetos das microempresas, mas os interesses amplamente atendidos pelo banco são os do capital financeiro interno e externo, que de fato, garantiram lucros exorbitantes para um banco de desenvolvimento estatal. O valor de desembolso do BNDES salta de 40 bilhões em 2004 para 137,3 bilhões 2009<sup>17</sup>, neste mesmo ano o desembolso para a área social foi de 7,88 bilhões, um crescimento de 175% comparado com o ano de 2008, mas como os dados afirmam, o desembolso para investimento em áreas sociais é um pouco menos de 6% do desembolso total do banco, pouco para um Banco de desenvolvimento social.

Nos dois mandatos de Lula, formam-se palcos de intensa atuação dos movimentos em disputas pelo Estado, como arena de embates da militância, tentativa de construir políticas voltadas às melhorias de condição de vida dos mais pobres. Contudo o Estado é disputado e hegemonizado pelas classes dominantes presentes nas instituições políticas e econômicas. Se de um lado sua política econômica favoreceu largamente os interesses do capital financeiro nacional e internacional, por outro implementou uma série de programas e iniciativas, direcionada aos segmentos mais pobres da população brasileira e àqueles até então excluídos de algumas políticas (MARQUES et al, 2007). Porém é importante frisar, não foram os segmentos mais carentes que ganharam mais neste governo, e sim os setores altos da sociedade.

Perceberemos contradições, ao ver que muitas das políticas econômicas e sociais não atendiam realmente aos interesses dos movimentos sociais e sociedade civil de maneira mais ampla, pelo contrário, eram interesse do grande capital; lembrar do caso de Belo Monte que os grandes beneficiados são as mineradoras e grandes empreiteiras, à população do entorno do projeto restou miséria, pobreza, impactos ambientais e sociais de proporções catastróficas.

## **2.1. Relação BNDES e Movimentos Sociais**

Objetivamente o BNDES foi criado com a perspectiva de financiar grandes projetos. É um formulador de ideias, contudo sempre terá como horizonte primeiro os financiamentos dos grandes projetos, isto se deve ao fato do Banco ser, e ter se constituído, como braço de implementação dos projetos de desenvolvimento pensado para o país, e analisando a história do Banco o que vemos é que ao Brasil sempre esteve colocado um desenvolvimento de caráter conservador<sup>18</sup>, com pouca ou quase nenhuma distribuição de renda.

<sup>17</sup> BNDES. Balanço e destaques, 2009.

<sup>18</sup> “A modernização se impunha: de fora, para encadear a produção econômica interna ao mercado mundial; de dentro, para que as classes dominantes pudessem dispor de instrumentos eficazes de defesa da ordem e pudessem associar-se aos estratos mais poderosos da burguesia internacional contando com freios para limitar o constante desgaste que eles exerciam sobre a soberania do Estado.” Em: FERNANDES, Florestan. A

No período do Governo PT, como foi apresentado anteriormente, o Banco de fato passa a financiar não apenas os grandes projetos, mas também financia projetos menores, tendo em vista que a linha que passa a orientar o Banco é da necessidade dos projetos apresentarem alternativas sociais, seja pela educação, saúde ou geração de emprego.

Diante desta realidade o Banco poderia ajudar com políticas mais sistêmicas, pois as políticas sociais não avançam se ficarem apenas no campo das políticas pontuais, habituais das grandes empresas. Para construção de uma política social que seja mais concreta o Banco recorre a sua *expertise* em análise de projetos. A questão social no Banco deveria conter tanto a destinação de recursos para fins sociais, como também a análise minuciosa dos projetos para que as aplicações não ficassem restritas apenas à distribuição de recursos e políticas pontuais.

Quando Luciano Coutinho assumiu a presidência do Banco as liberações para as ações sociais triplicaram, antes era destinada apenas 0,5% do patrimônio líquido do Banco, passando posteriormente a ser 1,5%. Assim foi possível iniciar uma maior contundência na política de investimento nos pequenos projetos.

O processo de auxílio aos projetos com caráter social é articulado com o Governo, levando em consideração a necessidade da articulação em diversas esferas para construção de políticas sociais estruturadas. Exemplo foi o PAC, em 2007 no seu processo de discussão, houveram diversas reuniões para definir os grandes projetos a serem financiados e realizados, para tal foi necessário sentar em reunião representantes do BNDES, Caixa Econômica Federal, Ministério do Planejamento e, com a então Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Neste processo o BNDES se posiciona como financiador e avaliador de diversos projetos. Levando em consideração alguns elementos: a) se os projetos eram de grande magnitude; b) a vontade dos prefeitos dos municípios de receberem o projeto; c) os impactos deste na vida da população local; o Banco passar a questionar: como estes projetos servirão de fato para o desenvolvimento social daquela região.

A área social acaba tomada pelas avaliações de possibilidades de viabilidade ou não para os projetos, e pelo tamanho dos empreendimentos, muitos só seriam viáveis via parceria com as prefeituras locais em conjunto com o Banco e seu peso institucional. Esta forma de apoio aos projetos foi o caminho para quebrar com a visão que se tinha do Banco, “o Banco das atividades produtivas e do desenvolvimento”. É importante compreender o conceito de desenvolvimento e o próprio setor produtivo, estes não devem e não podem estar desconectados das demandas sociais, caso contrário se torna inevitável o questionamento :

---

Constituição como projeto político. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 47-56, 1.sem 1989.

“desenvolvimento para quem?”.

No fim do primeiro mandato de Lula, o Banco passa a constituir diálogo para além do âmbito dos projetos sociais. Em junho de 2006 inicia-se diálogo com os movimentos sociais, este na verdade seria o início da articulação da Plataforma BNDES. Em entrevista<sup>21</sup>, Fábio Kerche<sup>22</sup> fala que uma das maiores contribuições que os Movimentos Sociais deram ao Banco foram, sobretudo, em dois aspectos: 1) Forçar o Banco a pensar os Movimentos Sociais como atores com dinâmicas próprias, colocando assim, na agenda do banco, a questão do Movimento Social; 2) Impulsionar o Banco a fazer um movimento contínuo de aumento da transparência. Kerche afirma que o Banco entende que um dos atores que se deve prestar conta é a sociedade civil.

O movimento social era um ator que não estava no mapa dos relacionamentos do BNDES, e hoje é um ator que passa a fazer parte daqueles que o banco deve prestar conta, receber, prestar conta. (KERCHE, entrevista)

Desde 2008 o Banco, de fato, vem aumentando a transparência, quem sabe seja uma das instituições bancárias mais transparente do país, segundo Kerche, porém o processo de transparência está somente no ponto da relação “Banco e Cliente”, ainda limitada. O que os movimentos sociais também vêm reivindicando é o acesso aos relatórios, principalmente porque muitos relatórios de grandes projetos são duvidosos. A importância desta reivindicação é o questionamento das relações políticas estabelecidas entre o Banco e os grandes projetos, sobretudo porque estes grandes projetos são os que mais trazem consequências para a sociedade, para a população local, para o meio ambiente.

Um desafio a ser superado dentro da relação institucional, segundo Kerche, é o de consolidar a questão social no desenvolvimento como um pilar fundamental do Banco, e esta incorporação deve se dar sobretudo no corpo técnico, que tende a ser mais elitizado<sup>23</sup>.

O que se percebe é que a relação que vem se estabelecendo entre Banco e movimentos sociais, principalmente aqueles que se relacionam por dentro da Plataforma BNDES, avança, porém a passos lentos. Primeiro porque a dinâmica estabelecida por parte dos movimentos se

---

21 Entrevista realizada em 04 de setembro de 2015.

22 Fábio Kerche é Cientista Político, pesquisador de carreira da Fundação Casa Rui Barbosa, no BNDES há 9 anos.

23 De acordo com o Projeto de Pesquisa “Composição, origem e retórica do corpo técnico do BNDES”, trabalhado entre 2012 – 2014, o recorte do corpo técnico do Banco, analisado desde a década de 1950 até 2011, era de engenheiros, economistas, e advogados formados, principalmente, na PUC-Rio, USP, UFRJ, quase todos funcionários de carreira dentro do Banco. Este Projeto de pesquisa é uma vertente do Programa de Pesquisa “BNDES, financiamento público e capital privado: dimensões políticas institucionais, socioeconômicas e territoriais”.

dá por reconhecerem o Banco como principal financiador de longo prazo do país, assim tem-se o intuito de alterar a correlação de forças dentro do Banco, a fim de poder, não somente questionar e garantir o debate, mas cobrar do Banco posturas mais críticas diante do modelo de “desenvolvimento nacional” apresentado, sobretudo, nos grandes projetos. Segundo, porque os movimentos sociais necessitam dar resposta à sua base, seus integrantes, que de maneira geral tem sido atingida pelos grandes projetos financiados pelo BNDES e pelo modelo de desenvolvimento ainda sustentado pelo governo federal. O mais importante desta relação entre o Banco e as organizações e movimentos sociais é a oportunidade de aprofundar o debate da democracia em suas diferentes dimensões.

## 2.2. A plataforma BNDES

A Plataforma BNDES é consolidada e iniciada no ano de 2007. Um conjunto de organizações movimentos sociais já haviam iniciado diálogo com o Banco em 2006, porém é em dezembro de 2007 que o conjunto de organizações lança o “Diagnóstico e propostas para reorientar o principal instrumento público de desenvolvimento do Brasil”<sup>24</sup>.

A importância da relação se dá pela centralidade do Banco, tanto no campo conceitual, como no campo de implementação de projeto de desenvolvimento.

Para começar, é necessário distinguir crescimento de desenvolvimento. Crescimento econômico tem a ver com o aumento físico da quantidade de riquezas produzidas – é apenas isso. Já o conceito de desenvolvimento, em nossa opinião, tem espectro muito mais amplo.

Desenvolvimento se refere à dimensão qualitativa da economia, à eficiência e à eficácia econômica, social e ambiental dos modos de produzir e consumir no curto, médio e longo prazos. Assim, aquele tipo de desenvolvimento que defendemos é o que aprofunda a democracia, porque pactua em bases equânimes e justas os termos em que se dá a produção e a distribuição das riquezas. (...)

O tipo de desenvolvimento que esperamos ver o BNDES financiar deve ter como objetivo central a promoção do desenvolvimento próprio, ao mesmo tempo soberano, solidário e sustentável, de cada pessoa e comunidade que constitui nosso vasto País, na perspectiva de superar desigualdades. (PLATAFORAMA BNDES 2007:2)

A plataforma, por parte dos movimentos sociais, acredita que o Banco deve contribuir para uma alteração do papel do Brasil no mundo, deve repensar seu modelo de desenvolvimento e o papel econômico e político que temos. Construir um projeto de desenvolvimento que nos tire do posto de país subordinado ao capital externo, em detrimento de seu povo e soberania nacional.

---

24 Disponível em: <http://www.ibase.org.br/userimages/Plataforma%20BNDES.pdf>.

Tendo como base a abertura de diálogo com a sociedade, a plataforma visa, dentro das limitações, afastar o Banco da lógica do mercado. A presença do mercado se materializa no modelo de desenvolvimento financiado, por limitar-se ao papel de concedente financeiro, no não comprometimento com as consequências dos projetos, características estas que o afastam das de um banco público, agindo no Brasil segundo os interesses do capital privado, como um Banco privado.

Para que o Banco possa avançar na construção de um desenvolvimento nacional será necessário consolidar a ideia de que desenvolvimento social não são medidas compensatórias. Este conceito deve orientar o direcionamento dos recursos.

O conjunto de movimentos sociais que constroem a Plataforma colocam três pontos centrais que devem guiar um banco de desenvolvimento: 1) Levar em consideração as necessidades históricas do povo brasileiro; 2) Levar em consideração os problemas atuais; 3) Estabelecer metas claras que levem em consideração a melhoria de vida da população (PLATAFORMA BNDES, 2007).

No processo de diálogo entre o BNDES e a Plataforma houveram algumas dificuldades no que diz respeito aos limites estabelecidos pela relação. O Banco não estava e não está sempre aberto a ser influenciado pelas organizações da plataforma.

As políticas do banco, nos dizem interesse, tanto do ponto de vista de repercussão que tem, enquanto os atingidos como vítimas ou as populações como vítimas e também aquelas políticas que possam ser reivindicadas junto ao BNDES. . (LUIZ DALLA COSTA, vídeo “Plataforma BNDES”)

Dos embates que se deram, que inclusive estiveram presentes desde 2006, antes mesmo da consolidação da plataforma, nasce o lema “O BNDES que temos e o BNDES que queremos”<sup>25</sup>. Da síntese deste seminário são apontados 4 eixos que orientariam as demandas e preposições por parte dos Movimentos Sociais em relação ao Banco. Para garantir maior abertura do Banco para com a sociedade foram apresentados os eixos 1) Transparência e necessidade de publicidade, 2) Participação e controle social; Para superar as desigualdades sociais históricas foram apresentados os eixos 3) Desenvolvimentos de critérios de parâmetros territoriais, ambientais, climáticos, gênero e raça, trabalho e renda, 4) Políticas setoriais para Infraestrutura social, descentralização de crédito, desenvolvimento rural sustentável e agroecológico, energia e clima, integração regional (PLATAFORMA BNDES, 2007).

O Banco ainda segue com a lógica do capital, de promover o desenvolvimento do capital econômico prioritariamente, ainda tem dificuldades de institucionalizar de fato as

---

25 Seminário que ocorreu em julho de 2006.

políticas sociais, grandes são os desafios e nem sempre os diagnósticos das organizações sociais são levados em consideração.

O “consenso” da relação vem no momento que o Banco deixa claro suas limitações, delimitando assim o que é papel do BNDES e o que é papel do Governo Federal, inclusive, isto é importante para mensurar o tamanho e importância da plataforma, mensurar os limites de avanços ou não.

Entender a construção concreta de novas rotinas de conflito, negociação e participação requer examinar como as redes que obtiveram acesso ao Estado em momentos particulares trabalharam com práticas históricas de interação Estado-sociedade em cada área da política. A diversidade dessas experiências reafirma nosso argumento inicial de que o governo Lula não possuía um projeto centralizado e uniforme que apontava para a institucionalização de políticas participativas. Ao invés disso, iniciativas participativas, capacidades e experiências já existiam em vários setores da política, muito antes de Lula chegar ao poder. O fato de novas rotinas parecerem ter proliferado durante seu governo deve ser entendido como um resultado da maturidade e da complexidade de movimentos sociais brasileiros específicos, combinado com oportunidades providas pela presença de ativistas e aliados dos movimentos dentro de certos órgãos. (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA 2014: 348)

O conjunto de organizações e movimentos sociais que compõem a plataforma faz a análise que até hoje o Banco não tem sido capaz de aprofundar um debate mais amplo com a sociedade. O maior objetivo da constituição da plataforma era a possibilidade de incidir nos rumos e debater o modelo de desenvolvimento no país, entendendo que o modelo que é aplicado pelo Banco não é o esperado pelas organizações que compõe a plataforma. Ainda hoje, mesmo tendo avançado nas políticas sociais, o Banco ainda financia prioritariamente as grandes empresas, cimentando os grandes conglomerados econômicos, tendo em vista que os setores que mais cresceram através do financiamento do Banco são os da mineração, siderurgia, celulose, petróleo e gás, agronegócio e hidrelétrico, todos, como citados anteriormente, trazendo ainda hoje, grandíssimos impactos ambientais e sociais.

### **Capítulo 3: O Movimento dos Atingidos por Barragens e suas relações com o BNDES**

#### **3.1. O modelo de desenvolvimento energético no Brasil.**

Diferente dos países capitalistas centrais, o Brasil apresentou seu processo de industrialização tardiamente, e mais tardiamente a produção de energia elétrica. A produção da energia só começará de fato na transição da economia primária exportadora para uma economia industrial. Desde a ampliação de utilização da energia pública, bem como o

desenvolvimento do setor elétrico, o capital internacional sempre esteve presente, ditando regras. A energia elétrica no país amplia-se consideravelmente sobre o domínio e influência do capital internacional.

No início do século XX entraram em ação 77 centrais elétricas, em 1920 o Brasil já contava com 343 usinas hidrelétricas. A partir daí a tendência seria a construção de usinas maiores, e pequenas centrais começam a ser “engolidas”, segundo Foschiera (2009)

O mundo é afetado pela crise mundial de 1929. No país a década de 1930 traz consigo a “revolução” de 30, as transformações políticas, econômicas e sociais são reflexos de um país que vai deixando de ser rural e agroexportador e tornando-se urbano e industrial (FOSCHIERA, 2009).

Era interessante à burguesia nacional que o Estado controlasse e administrasse o setor de geração de energia, pois era uma forma do mesmo intervir por dentro da institucionalidade para baratear os custos das indústrias nacionais, garantindo maiores lucros. Os setores privados não ficaram contentes com tal movimento e diminuíram os investimentos, isto poderia vir a gerar uma crise energética no país, já que o consumo residencial e industrial mantinham taxas de crescimento (FOSCHIERA 2009).

A partir de 1952, com a criação do BNDE o banco auxilia na captação de dinheiro para investimento na construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, inaugurada em 1955. O BNDE ainda investe parte de seus recursos para o desenvolvimento do setor elétrico. Com a volta de Vargas, em 1951, o Estado reorienta sua linha para o desenvolvimentismo, com papel importante para as empresas estatais e a industrialização nacional como proposta principal. Assim surgem o Plano Nacional de Eletrificação, O BNDE passa a gerir o Fundo Federal de Energia<sup>26</sup> (FFE). Um dos objetivos do FFE era a construção de novas hidrelétricas, diferenciando os papéis entre iniciativas do Estado e iniciativas privadas, ao Estado estava destinada a geração de energia e a iniciativa privada poderia participar da distribuição.

O modelo de captação de energia que passa a ser utilizado prioritariamente até a década de 1990 é o baseado nas hidrelétricas, sendo esta uma das melhores maneiras de gerar energia em um país rico em recursos hídricos. O setor energético não conseguia acompanhar o crescimento industrial e urbano e durante as décadas de 1940 e 1950 o país passa por momentos de racionamento, aproveitando-se deste cenário as empresas privadas do setor, que até então haviam diminuído seus investimentos, voltaram a investir novamente,

---

26 O BNDE vai deixar de gerir o FFE e administrar o PNE, passando a responsabilidade de ambos para a Eletrobrás. Porém a administração do FFE e PNE será de responsabilidade da Eletrobrás apenas em 1988.

principalmente na construção de obras que causaram sérios danos ambientais (FOSCHIERA, 2009).

No período das décadas 50 e 60, verifica-se a aceleração da intervenção das empresas norte americanas no Brasil. Assim há um contínuo aumento de investimento de capital externo, exigindo a ampliação do setor elétrico. No pós II guerra os Estados Unidos se colocam como a potência imperialista, desta maneira suas empresas tomam alcance global, intervindo em países da América Latina, sobretudo no campo econômico, esta foi uma forma de garantir domínio sobre países dependentes. Suas empresas instaladas no Brasil nunca estiveram a serviço do desenvolvimento do país, e o modelo de desenvolvimento adotado é uma forma de impor as demandas externas em detrimento das internas (CASTELO, 2012).

Foschiera (2009) aponta a ação do Estado como facilitadora da unificação dos interesses do capital nacional e internacional no setor de energia. Ao Estado fica reservado a construção e manutenção do setor elétrico e incentiva a entrada de consultoras e indústrias estrangeiras para fornecerem a tecnologia para a expansão do setor.

A produção de energia elétrica no Brasil sempre teve como demanda principal, suprir os grandes empreendimentos, sobretudo os do setor mineral, e garantir o funcionamento e ampliação das grandes indústrias. Ou seja, o modelo de energia brasileiro sempre esteve voltado às demandas de pequenos grupos econômicos, em sua maior parte, representantes do capital internacional. O capital internacional, através do Estado, sempre obteve vantagens no intuito de garantir maiores lucros em seus empreendimentos. Porém este modelo de desenvolvimento, não leva em consideração os atingidos, principalmente pelas hidrelétricas, neste processo milhares de famílias foram expulsas de suas terras, sem terem para onde ir e sem o Estado indenizar os danos causados.

### **3.2. O Movimento dos Atingidos por Barragens.**

Hoje, no Brasil as Hidrelétricas ainda são as principais fontes de energia elétrica<sup>27</sup>, a construção das hidrelétricas no país sempre tiveram importância e prioridade, pois são elas que caracterizam o modelo energético adotado no país.

No entanto, foi nos anos 1970 que este modelo alcançou seu momento de pico. Neste período, a ditadura militar, empreendendo a industrialização e

---

27 Segundo o relatório da ANEEL 2013: As usinas hidrelétricas ainda constituem a principal fonte de energia elétrica no país, cujos empreendimentos representam 63,9% da potência instalada. As usinas termelétricas, por sua vez, respondem por 28,7%. E, além das hidrelétricas e termelétricas, também fazem parte da matriz energética as pequenas centrais hidrelétricas (3,7%), as usinas termonucleares (1,6%), as centrais geradoras eolielétricas (1,9%) e as centrais geradoras hidrelétricas (0,2%). pág 46.

internacionalização acelerada da economia brasileira, planejou e iniciou a construção de várias barragens de grande porte para alimentar este processo. Dentre estas barragens, destacam-se Sobradinho (na bacia do rio São Francisco), Tucuruí (na bacia Amazônica) e Itaipú (na bacia do rio Paraná). (VIEIRA, 2001:73)

Em decorrência dos grandes impactos ambientais e sociais causados por estes grandes empreendimentos, no fim da década de 1970, as famílias atingidas por hidrelétricas começaram a se organizar em torno da pauta, reivindicando do Estado indenizações justas pelas perdas e se posicionando como organizações de resistência ao modelo imposto. O embrião do Movimento dos Atingidos por Barragens está nas Comissões de atingidos<sup>28</sup>.

No dia 11 de julho de 1980, o desespero de 6 mil famílias rurais e mil famílias urbanas, cuja situação continuava sem solução às vésperas do enchimento do lago, leva as lideranças a decidirem sigilosamente pela organização de um ato público. Em 14 de julho, os agricultores cercam o escritório da empresa em Santa Helena, cantam o hino nacional e uma liderança lê o comunicado “Ao povo, ao Governo e à Itaipu”, reivindicando indenização imediata com reajuste de 100%, reassentamento no Estado do Paraná, indenização das redes elétricas. Durante vários dias os expropriados de Itaipu vão receber a solidariedade de várias entidades, religiosas e leigas, parlamentares, movimentos sociais, com expressiva repercussão na imprensa. Viviam-se os últimos momentos da ditadura militar, avançava a luta por eleições diretas. Nascia o Movimento Justiça e Terra. Nascia a luta organizada dos atingidos por barragens. (VAINER, 2002: 5 - 6)

As Comissões dos Atingidos começaram sua organização nas regiões: 1) Norte em Tucuruí (PA); 2) Nordeste em Sobradinho (BA) e Itaparica (Divisa entre BA e PE); 3) Sul em Itaipu (Fronteira Brasil/Paraguai), Itá (Divisa entre SC e RS) e Machadinho (Divisa entre SC e RS). A luta era sobretudo para que dentro dos acordos de indenizações as famílias conseguissem o benefício da permanência na terra para continuarem na condição de agricultores. As Comissões conseguiram vitórias significativas, que variavam conforme o grau de organização local. A vitória mais emblemática ocorreu em 1987 quando as famílias atingidas UHE Itá conquistaram um acordo garantindo a construção de reassentamentos coletivos, garantindo casas, terra e assistência técnica para produção.

A primeira experiência no rumo de uma articulação mais ampla e de caráter nacional ocorre em 1989 com o *Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens*, o principal apontamento do Encontro é lutar pela organização das famílias atingidas pelas UHE e fazer enfrentamento ao modelo de construção de barragens no Brasil. O passo para a nacionalização do MAB foi importante em dois aspectos, o primeiro é a

---

2 8 As Comissões de Atingidos nas regiões: CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí); CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu); CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens).

organização dos/das trabalhadores/as ampliar-se a outros locais, o segundo é o ganho de peso na disputa. O MAB torna-se um movimento nacional, popular, autônomo, voltado para a organização dos/as atingidos/as pelos seus direitos, em março de 1991 no *I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil*, como fruto deste encontro saem o lema “Terra sim, barragem não!” e o *Dia Nacional de Luta Contra as Barragens*, que passa a ser dia 14 de março.

O MAB tem sua atuação baseado na análise de que o problema central está no modelo energético adotado e no sistema capitalista que fortalece e coloca como dominante tal modelo. A década de 1990 é palco de intensas lutas, sobretudo pelo modelo econômico do país estar baseado no modelo neoliberal. O MAB faz a denúncia, que neste período, não somente as empresas estatais foram privatizadas, mas também a energia, várias UHEs foram entregues para o controle das multinacionais, assim a luta passa a ser do Movimento contras as empresas estatais e privadas, em sua maior parte do setor de mineração e energético, grandes bancos, celulose e papel. Com o avanço do modelo neoliberal na economia brasileira o Movimento é exigido ainda mais, colocando-o em outro patamar de organização. A energia, sendo patrimônio brasileiro, estava sendo utilizada de maneira irresponsável e com finalidade de lucros das grandes empresas, esta situação impulsiona outra palavra de ordem, a fim, de traduzir este novo momento de luta do MAB, as palavras são “Águas para a vida, não para a morte!”, as palavras traziam em si o significado da relação que deveria ser estabelecida entre homem e meio ambiente e como a natureza vem sendo apropriada de forma sistêmica para o lucro de poucos e para a morte de muitos.

Em março de 1997 ocorre o *I Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens*, o encontro contou com a participação de mais de 20 países, foi um momento de compartilhar as experiências pela qual passavam com o modelo energético adotado em seus países, e também, compartilhar as experiências de lutas e resistência frente a este modelo. Como resultado é instituído o dia 14 de março como *Dia Internacional de Luta Contras as Barragens*. Outra ferramenta importante no processo de luta e resistência dos/as atingidos/as por barragens, fruto de pressão da articulação internacional é a Comissão Mundial de Barragens, criada em 1997 na Suíça, nela estando presentes representantes ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos.

Os anos de 1990 foi momento de o MAB definir o modelo capitalista neoliberal como principal inimigo do Movimento e da sociedade e reafirmar seu compromisso com a construção de um Projeto Popular para o Brasil que passa pela redefinição do modelo

energético vigente.

Em relação à sua política frente ao setor de construção de barragens, público e privado, a posição do MAB é clara: são veementemente contra a construção de grandes barragens e todas as que não tiverem participação popular nas fases de discussão e implantação. Seu objetivo principal em relação ao governo brasileiro é a garantia de uma nova política energética. (VIEIRA, 2001:81)

Com o início do governo Lula, um conjunto de organizações fazem a avaliação que com este governo seria possível um maior diálogo e se conseguiria melhores condições, tanto para garantirem as lutas da organização como para saírem do contexto de ofensiva que o neoliberalismo dos anos de 1990 tinham imposto ao conjunto de movimentos e organizações populares, dentre eles o MAB. No ano de 2003 ocorre o *1º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens*, e no ano de 2004 o Movimento faz uma marcha histórica de Goiânia até Brasília, denominada como Marcha Nacional Águas pela Vida, que exigia o cumprimento dos direitos dos/as atingidos/as por parte do Governo Federal.

Durante estes anos de lutas os integrantes do MAB, e o próprio Movimento, tem sofrido processos de criminalização por parte das grandes empresas, com apoio da mídia, além das inúmeras violações sofridas contra os direitos humanos. Assim em março de 2006 ocorre o *2º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens*, na qual é levantada outra palavra de ordem e luta “Água e Energia não são Mercadorias!”, para o Movimento os bens naturais devem ser públicos e com acesso de qualidade para todos e todas, este até então tem definido os caráter popular, sindical e político do Movimento. O Movimento colabora no processo de transformações dos/as atingidos/as em atores políticos e sociais, que assim, passam a lutar por uma sociedade onde a Natureza não seja utilizada para o enriquecimento de muitos em detrimento de poucos, que ela sirva como fonte de soberania e não de mercadoria.

### **3.3. MAB e o projeto de desenvolvimento do BNDES.**

O MAB como organização política considera o tema Energia de fundamental importância, tendo em vista que ela tem papel central no desenvolvimento do capital. Gilberto Cervinski<sup>29</sup> aponta que no processo de embate o Movimento acaba enfrentando uma das faces do capital, o Imperialismo. A energia no país ainda é controlada pelas grandes empresas Internacionais, respaldada pelas alianças entre grandes bancos mundiais, grandes empresas de

---

29 Em entrevista, concedida em 16 de novembro de 2015. Gilberto Cervinski é Dirigente nacional do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

energia, grandes indústrias de mineração, grandes construtoras e fundos internacionais de investimento, e algumas estatais, assim se conforma o controle da energia<sup>30</sup>. Assim o Movimento se posiciona contra o capital internacional e o modelo de energia que ele traz consigo.

Para o Movimento é importante não somente entender o modelo de desenvolvimento impulsionado no governo PT, mas lutar contra este padrão imposto. Cervinski diz que o Movimento sempre esteve aberto ao diálogo com o Governo PT, mas no diálogo nunca se furtaram de fazer a crítica e o enfrentamento, principalmente ao modelo energético, isto garante a autonomia do MAB frente ao Governo Federal.

Nós aprendemos com Olívio Dutra<sup>31</sup>, quando era governador do Rio Grande do Sul antes do Lula ser presidente. Lá tinha a UHE Dona Francisca, inclusive a Dilma era Secretária de Minas e Energia lá. A UHE estava pronta, era de propriedade da CEEE<sup>32</sup> e da Gerdau<sup>33</sup>, e as famílias não haviam sido retiradas da área de alagamento. Nós ocupamos a UHE e isso gerou uma reação do PT e do governo Olívio, “ah, isso vai prejudicar o governo...”. Nós sempre agimos dessa forma, se nós achamos que devemos fazer mobilização, ocupar... (CERVINSKI, entrevista)

Segundo o Movimento as diferenças entre os governos dos anos de 1990 e os do PT é que a principio ambos são pautados no desenvolvimento do capital, mas no período Fernando Henrique Cardoso o desenvolvimento estava voltado para o capital financeiro e no período PT este passa a estar voltado para o desenvolvimento da indústria, contudo o setor do capital financeiro ainda sai ganhando tanto no neoliberalismo do FHC, como no neodesenvolvimentismo de Lula. Assim este redirecionamento do modelo econômico adotado

---

30 Exemplo das alianças que controlam o setor de energia no país: 1) A Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), cujo capital social é integralmente detido pela ESBR Participações S.A., que tem como acionistas as empresas GDF SUEZ (40%), que agora se chama ENGIE; Eletrobras Eletrosul (20%); Eletrobras Chesf (20%) e Mizha Participações S.A. (20%), subsidiária da Mitsui & CO., LTD. Obteve, por meio do Leilão 005/2008 promovido pelo Governo Federal em maio de 2008, a outorga do uso de bem público para a implantação da Usina Hidrelétrica Jirau (UHE Jirau) no Rio Madeira (Porto Velho, RO) e a respectiva exploração do seu potencial energético pelo prazo de 35 anos. Referências: **INTERNET 3**; 2) A Santo Antônio Energia – 4ª maior geradora de energia do Brasil – é composta por empresas públicas e privadas, líderes na geração e transmissão de energia: Furnas Centrais Elétricas, Caixa FIP Amazônia Energia, Odebrecht Energia do Brasil, SAAG Investimentos (acionista majoritário a Andrade Gutierrez Participações S.A.), CEMIG Geração e Transmissão. Referências: **INTERNET 4**; 3) CESTE (Consórcio Estreito Energia UHE Estreito): Para a diretoria do Consórcio Estreito Energia – CESTE, empreendedor da Usina, e os acionistas das empresas que compõem o Consórcio - GDF Suez/Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Camargo Corrêa. Referências: **INTERNET 5**.

31 Governador do Rio Grande do Sul entre 1999 e 2003, PT.

32 O Grupo CEEE atua no setor energético nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, além de serviços correlatos. Está presente em todo o Estado do Rio Grande do Sul, onde possui suas operações, gerenciando seus negócios diretamente ou através da participação em outras sociedades de capital intensivo e tecnologia de ponta. Referências: **INTERNET 6**.

33 A UHE Dona Francisca é compartilhada por meio de um consórcio celebrado entre Dona Francisca e CEEE. Por sua vez, a Dona Francisca é detida por nós (2,12%), pela Copel (23,03%), CELESC (23,03%) e Gerdau (51,82%). Referências: **INTERNET 7**.

no Governo Lula criou, os que as organizações populares definem como melhores condições de lutas, seja porque houve aumento real do salário, diminuição do nível de desemprego, ampliação dos programas sociais, aumento do número de vagas no ensino superior<sup>34</sup>. Cervinski aponta que diante da mudança de modelo, entre FHC e Lula, foi positivo, pois permitiu que o MAB vivenciasse momentos de muito mais lutas se comparar com os anos anteriores. Contudo este não é um governo de transformações profundas, e sim de reforma dentro das condições estabelecidas e criadas.

Como analisamos nos capítulos anteriores, o BNDES, desde sua criação, sempre foi um termômetro dos projetos de desenvolvimento implantados pelos governos que tivemos no país, assim o MAB percebe a atuação do Banco a partir deste novo modelo, como sendo um Banco que prioriza o capital, sempre priorizou, através dos grandes grupos econômicos. A diferença é que a partir de 2003 o Banco vem priorizando as cadeias produtivas e colocando menos destaque, por parte dele, nos processos de privatização.

A avaliação que o Movimento faz, não diferente das demais organizações da plataforma BNDES, é a da extrema importância do país ter um Banco público do porte do BNDES, principalmente para auxiliar no desenvolvimento da economia. Cervinski aponta que em poucos lugares do mundo os bancos tem papel de tamanha envergadura como o BNDES tem aqui no Brasil, lembra que durante a crise de 2008, o Banco chegou a emprestar 200 bilhões, o que foi importante para que o país não quebrasse ainda lá atrás. Pela importância do Banco, hoje ele vem sendo atacado<sup>35</sup>, e caso ele fosse privatizado, seria uma grande perda de um patrimônio público que passaria, provavelmente, para as mãos do grande capital que desejam se apropriar do mercado que hoje é controlado pelo Banco público.

O papel que ele cumpriu nesse último período, ele se dedicou a emprestar dinheiro, de forma muito barata, pelas condições – é quem subsidia a dívida pública brasileira para o desenvolvimento de cadeias industriais, desde a mineração, petróleo e gás, eletricidade – as hidrelétricas chegaram a ter 85% de investimento do BNDES, no caso de Belo Monte, dos 29 bilhões do custo, 22,5 bilhões<sup>36</sup> saíram do fundo público. (CERVINSKI, entrevista)

O BNDES cumpre o papel de financiar as cadeias de grandes grupos econômicos,

---

34 Reforçar que a relação do MAB com o governo está sendo analisado a partir do período do governo Lula (2002 a 2010).

35 Em: <<http://oglobo.globo.com/economia/bndes-esta-sob-ataque-de-conservadores-diz-coutinho-10724994>>; <<http://www.brasil247.com/pt/247/economia/185035/Globo-faz-novo-ataque-esquizafr%C3%AAnico-ao-BNDES.htm>>; <<http://www.brasil247.com/pt/247/economia/185050/Delfim-defende-BNDES-e-critica-vira-latismo.htm>>

36 <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-publico-quer-explicacao-do-bndes-sobre-emprestimo-para-belo-monte,1669654>>; <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/emprestimo-para-belo-monte-e-o-2-maior-do-bndes-0nyf1zq3jhgo0odzc9pq7ml3i>>

inclusive empresas internacionais, com esse viés neodesenvolvimentista, que nada mais é que um modelo de parceria entre o Estado e o capital internacional. Diante do modelo e perfil que o Banco veio construindo e adotando durante seus anos de atuação, a maior crítica do Movimento é que ele continua agindo como um banco puramente econômico, a serviço do desenvolvimento do capital no país e, ainda, com pouca transparência. Assim as relações que o Banco constitui através de seus empréstimos e financiamentos têm causado enormes impactos ambientais e uma enorme dívida social.

O MAB compõe a plataforma BNDES desde o início e critica que o lado social do Banco é quase irrisório. Assim os projetos que o Banco financiou para alavancar o “S”, o lado social, não consegue cumprir com a finalidade de promover investimento social de forma sistêmica. As relações prioritárias para o Banco ainda são com os setores exportadores e produtores de matéria-prima. O movimento feito através da Plataforma era para garantir transparência por parte do Banco e maior controle social, pois estes foram identificados como problemas centrais a serem solucionados. Outra forma de atuação via Plataforma era a exigência de que o Banco fiscalizasse e cobrasse maior política de direitos da execução dos grandes projetos.

Assim, a avaliação que o Movimento faz é que houve avanços através da articulação Plataforma BNDES, mas que pelo caráter do Banco, esses avanços foram muito tímidos. Foram tímidos os dados publicados para livre acesso. Esse avanço é limitado pelo fato do Banco apresentar uma estrutura que tem servido para atender o sistema financeiro. Os projetos, incluindo os projetos sociais, são apenas avaliados mediante sua viabilidade econômica, não se coloca na balança avaliativa do Banco outros aspectos, tais como os danos sociais e ambientais causados. Exemplo disso é que, em suas relações financeiras o BNDES é dono de uma parte da Vale do Rio Doce, que é dona da Samarco, empresa que causou enorme tragédia social e ambiental, recentemente, em Mariana - MG, cita Cervinski. O lado social não é rentável, o que importa de fato ao Banco é se a empresa vai ser capaz de pagar o empréstimo.

O Movimento dos Atingidos também vem tentando diálogos com o Banco de outras maneiras além da Plataforma. Esse diálogo mais direto é fruto de mobilizações e pressões realizadas diretamente pelo MAB, exemplo foi a mobilização feita na frente da sede do Banco no Rio de Janeiro em outubro de 2015<sup>37</sup>, fruto desta mobilização foi a liberação de investimentos para as iniciativas de inclusão produtiva, como o PAIS (Produção

---

37 <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/ap-s-protesto-bndes-assume-compromissos-com-atingidos>>

Agroecológica Integrada e Sustentável). Mas ainda assim, mesmo mantendo diálogo através da Plataforma e de maneira independente dela, O MAB identifica que o Estado através de suas empresas e relações estabelecidas com o capital, continua mantendo e alimentando uma grande dívida com os/as atingidos/as, dívida social e histórica, dívida de direitos humanos.

## **CONCLUSÃO**

O Brasil teve sua inserção no desenvolvimento do capital nacional voltado para atender as demandas da parcela industrial e o capital internacional. Esse desenvolvimento sempre esteve fundamentado na exploração dos bens naturais do país e pela exploração e expropriação das riquezas de seu próprio povo. Este modelo adotado proporcionou o aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais no país. O Estado, como representante das classes dominantes, sempre optou por um modelo de desenvolvimento desigual e combinado, a nós, imposto pelo capitalismo internacional. O desenvolvimento que tivemos até aqui não foi capaz de mudar nossas estruturas sociais, tivemos crescimento econômico e mantivemos as relações sociais subdesenvolvidas.

O Estado criou o BNDE como uma ferramenta que garantiria o crescimento econômico necessário ao desenvolvimento nacional, os anos de 1950 e 1960 foram de crescimento econômico acelerado, de rápida industrialização, estiveram presentes neste processo grandes indústrias nacionais e internacionais, este período exigiu bastante do BNDE, desde a análise e execução dos projetos, como de ser o financiador de modelos econômicos excludentes. Os anos de 1970 foram na mesma esteira do desenvolvimento nacional que na verdade serve perfeitamente ao desenvolvimento do capital internacional. Os fins dos anos de 1980 e os anos de 1990 foram do aprofundamento das políticas neoliberais, das desestatizações, em todos estes anos houve diversos ataques aos direitos humanos, trabalhistas e sociais, reflexo do modelo adotado.

De modo geral, os grandes projetos financiados pelo Banco afetaram, e ainda afetam, direta ou indiretamente milhares de pessoas, seja pelos danos ambientais ou sociais causados, seja porque deixou a margem do desenvolvimento a classe trabalhadora.

Na esteira dos crimes causados pelas grandes obras de Usinas Hidrelétricas nasce o embrião do Movimento dos Atingidos por Barragens. O modelo de desenvolvimento predatório reforçou aos atingidos a necessidade da organização popular e a disputa por um modelo de sociedade que o desenvolvimento social e econômico seja para todos e não para poucos.

O enfrentamento ao modelo de desenvolvimento do capitalismo levou o MAB a utilizar diversas formas de diálogo com o Banco. Uma das principais formas de diálogo por dentro da institucionalidade é a Plataforma BNDES, onde o Movimento avalia a importância de um Banco público, mas faz a crítica que de nada nos adianta que nosso Banco público seja a imagem e semelhança de um banco privado. A institucionalidade tem-se mostrado um caminho de longo prazo, houve avanços no que diz respeito à transparência, mas ainda assim os avanços são tímidos, o eixo de desenvolvimento e financiamento nem entra em discussão, o Banco mostra-se autoritário e nada permeável ao diálogo neste ponto.

Outra forma de diálogo que é muito utilizada pelo Movimento, e considero uma das mais importantes, é a mobilização popular. É uma ferramenta, histórica e legítima utilizada pelo Movimento para pressionar uma postura mais adequada e coerente dos Governos e suas instituições. Houve muitos avanços e conquistas através das grandes mobilizações, e estas se mostram um processo pedagógico tanto para os integrantes, como para a organização popular. É uma forma de fazer luta não apenas pelos direitos negados, mas de fazer enfrentamento político ao modelo de desenvolvimento que vem excluindo a sociedade até hoje.

## BIBLIOGRAFIA

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, n o 2, pp. 325 a 357, 2014.

ALVES, Selma de Fátima Singulano. Movimento dos Atingidos por Barragens: perspectivas teóricas de lutas práticas. Vol.4 nº1. Jan - abril de 2015. Disponível em: <<http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/viewFile/367/pdf>>

ANEEL. **Relatório ANEEL 2013** / Agência Nacional de Energia Elétrica. - Brasília: ANEEL, 2014. Disponível em: <[http://www.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/Relatorio\\_Aneel\\_2013.pdf](http://www.aneel.gov.br/biblioteca/downloads/livros/Relatorio_Aneel_2013.pdf)>

BNDES. **Balço e destaques 2009**. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/)>

BNDES. **Entrevistas e Depoimentos** – O destino do Banco de Desenvolvimento. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro50anos/Entrevistas.PDF](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro50anos/Entrevistas.PDF)>

BNDES. O plano de Metas e o papel do BNDE *In Memórias do Desenvolvimento* Vol. 4 (4), Entrevistas, setembro de 2010.

- BNDES. **O papel do BNDES na expansão do setor elétrico nacional e o mecanismo de project finance**, 2009. Disponível em:  
<[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1843/1/BS%2029\\_O%20papel%20do%20BNDES\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1843/1/BS%2029_O%20papel%20do%20BNDES_P.pdf)>
- BNDES. **O setor elétrico brasileiro e o BNDES: reflexões sobre o financiamento aos investimentos e perspectivas**, 2012. Disponível em:  
<[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/920/4/O%20setor%20el%C3%A9trico%20brasileiro%20e%20o%20BNDES\\_reflex%C3%B5es\\_P-final.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/920/4/O%20setor%20el%C3%A9trico%20brasileiro%20e%20o%20BNDES_reflex%C3%B5es_P-final.pdf)>
- BNDES. **Papel dos bancos de desenvolvimento**, 2011. Disponível em:  
<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/Coutinho\\_BancosdeDesenvolv\\_112011.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/Coutinho_BancosdeDesenvolv_112011.pdf)>
- BNDES. **Redução da pobreza no Brasil** – Resultados recentes e o papel do BNDES, julho de 2006. Disponível em:  
<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/fiocca\\_camara.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/fiocca_camara.pdf)>
- BNDES: **Um Banco De História E Do Futuro**, 2012. em:  
[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro\\_BNDES\\_um\\_banco\\_de\\_historia\\_e\\_do\\_futuro.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/livro_BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro.pdf)
- BOITO JR., Armando. A frente política neodesenvolvimentista, In: **Jornal dos economistas**, pp 10 e 11. Nº 278, novembro de 2012.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030** / Ministério de Minas e Energia ; colaboração Empresa de Pesquisa Energética . Brasília : MME : EPE, 2007. Disponível em: <[http://www.epe.gov.br/PNE/20080512\\_3.pdf](http://www.epe.gov.br/PNE/20080512_3.pdf)>
- CASTELO, Rodrigo. Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista, 2012. Disponível em:  
<<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>>
- COSTA, Karen Fernandez. Percorrendo a trajetória do BNDES: elementos essenciais para a compreensão do problema; A consolidação de uma ausência de uma estratégia de desenvolvimento: O BNDES no segundo Governo FHC (1999 – 2002). In **Metamorfoses: o papel do BNDES na reordenação da economia brasileira**. Campinas, SP. 2011 (Tese de doutorado)
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Um panorama da política de desenvolvimento de Vargas. Fundação Getúlio Vargas CPDOC**. Disponível em:  
<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/PoliticaDesenvolvimento>>
- DOWBOR, Ladislau. A formação do capitalismo dependente do Brasil. **Estudios Latinoamericanos** 4 (1978), pp.53-72.
- FERNANDES, Florestan. A Constituição como projeto político. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 1(1): 47-56, 1.sem 1989
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: **Revista Pesquisa & Debate** do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2 (26), pp. 225-256, 2004.

- FOSCHIERA, Atamis Antonio. Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos : a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. Presidente Prudente, 2009. (Tese de doutorado)
- LIMA, Alexandre de Santana. **A atuação do BNDES no desenvolvimento econômico brasileiro: 1952 – 2002**. Dissertação de Mestrado. PUC/SP. São Paulo, 2007.
- LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Artigo publicado na **Revista Actuel Marx**, 18, p 79-80. 1995. Tradução de Henrique Carneiro.
- LULA da SILVA, Luiz Inácio. **Carta ao povo brasileiro**. 2002.
- MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. In **Revista Sociologia Política**. p. 131 – 146. Curitiba, Junho de 2007.
- MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Revista Katál**. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 15-23 jan./jun. 2007.
- PLATAFORMA BNDES. **Diagnósticos e propostas para reorientar o principal instrumento público de desenvolvimento do Brasil**, 2007. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/plataforma.pdf>
- VAINER, Carlos B. Águas para a vida, não para a morte: Notas para uma história do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil. Workshop “Social Movements in the South”, promovido pelo Center for International Affairs, Harvard University. Maio de 2002.
- VAINER, Carlos; HIRT, Carla; VIEIRA, Flavia Braga; GHIBAUDI, Javier; NOVOA, Luis F.; WERNER, Debora. **Burguesia, Estado e Desenvolvimento Capitalista no Brasil a partir de 1930: interpretações e debates**. Texto de debate do Programa de Pesquisa BNDES, financiamento público e capital privado: Dimensões político-institucionais, sócio-econômicas e territoriais. Rio de Janeiro, Abril de 2013.
- VIEIRA, Flávia Braga. Do confronto nos vales aos fóruns globais: um estudo de caso sobre a participação do Movimento de Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens/ Flávia Braga Vieira. Rio de Janeiro: setembro de 2001. (Dissertação de mestrado)
- WILLIAMSON, John. Reformas políticas na América Latina na década de 80. **Revista de Economia Política**, vol. 12, nº 1, jan/mar. 1992, pp. 43-49

#### **ENTREVISTAS:**

CERVINSKI, Gilberto. Entrevista concedida em 16 de novembro de 2015.

KERCHE, Fábio. Entrevista concedida em 04 de setembro de 2015.

#### **VÍDEO:**

Plataforma BNDES, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AFVuE7ecScA>

#### **INTERNET:**

1. <[http://www.eletronbras.com.br/Em\\_Biblioteca\\_40anos/interno\\_62-66.asp?id=7&descricao=Henry%20Sargent,%20presidente%20da%20American%20and%20Foreign%20Power%20Company%20%28o%20primeiro%20sentado,%20%E0%20direita%29,%20com%20o%20ministro%20das%20Rela%E7%F5es%20Exteriores,%20Juraci%20Magalh%E3es,%20o%20presidente%20da%20Eletronbras,%20Octavio%20Marcondes%20Ferraz,%20e%20um%20dos%20diretores%20da%20estatal%20brasileira,%20Ronaldo%20Moreira%20da%20Rocha,%20durante%20a%20assinatura%20do%20contrato%20de%20compra%20dos%20bens%20do%20grupo%20norte-americano,%20em%20Washington/Reprodu%E7%E3o%20fotogr%E1fica%20Gilson%20Ribeiro/%20Acervo%20Cpdoc%20-%2012/11/1964](http://www.eletronbras.com.br/Em_Biblioteca_40anos/interno_62-66.asp?id=7&descricao=Henry%20Sargent,%20presidente%20da%20American%20and%20Foreign%20Power%20Company%20%28o%20primeiro%20sentado,%20%E0%20direita%29,%20com%20o%20ministro%20das%20Rela%E7%F5es%20Exteriores,%20Juraci%20Magalh%E3es,%20o%20presidente%20da%20Eletronbras,%20Octavio%20Marcondes%20Ferraz,%20e%20um%20dos%20diretores%20da%20estatal%20brasileira,%20Ronaldo%20Moreira%20da%20Rocha,%20durante%20a%20assinatura%20do%20contrato%20de%20compra%20dos%20bens%20do%20grupo%20norte-americano,%20em%20Washington/Reprodu%E7%E3o%20fotogr%E1fica%20Gilson%20Ribeiro/%20Acervo%20Cpdoc%20-%2012/11/1964)>
2. <<http://www.mabnacional.org.br>>
3. <<http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/empresa>>
4. <<http://www.santoantonioenergia.com.br/empresa/acionistas/>>
5. <[http://www.uhe-estreito.com.br/ver\\_noticia.php?noticia\\_id=161](http://www.uhe-estreito.com.br/ver_noticia.php?noticia_id=161)>
6. <<http://www.ceee.com.br/pportal/ceee/Component/Controller.aspx?CC=12430>>
7. <<http://www.desenvix.com.br/negocios/Lists/Operacao/DispForm.aspx?ID=6>>
8. <<http://oglobo.globo.com/economia/bndes-esta-sob-ataque-de-conservadores-diz-coutinho-10724994>>
9. <<http://www.brasil247.com/pt/247/economia/185035/Globo-faz-novo-ataque-esquizofr%C3%AAnico-ao-BNDES.htm>>
10. <<http://www.brasil247.com/pt/247/economia/185050/Delfim-defende-BNDES-e-critica-vira-latismo.htm>>
11. <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-publico-quer-explicacao-do-bndes-sobre-emprestimo-para-belo-monte,1669654>>;
12. <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/emprestimo-para-belo-monte-e-o-2-maior-do-bndes-0nyf1zq3jhgo0odzc9pq7ml3i>>
13. <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/ap-s-protesto-bndes-assume-compromissos-com-atingidos>>